

XIV Congresso Nacional
Poder Local debate na
Madeira questões maiores
do municipalismo

Municípios têm crédito para
obras com fundos
comunitários

Êxito absoluto
Milhares de crianças na Nós
e o Mar foi como um
mergulho em livro gigante.

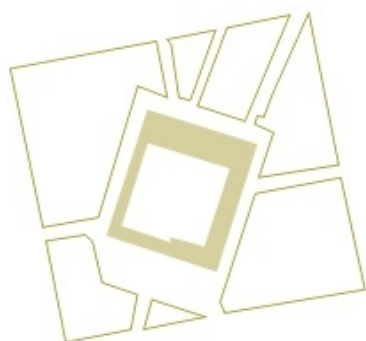
Cooperação ANMP/MOPHT
Salvaguarda e valorização
do património arquitectónico.

Enviado por Municípios
Crianças de Timor Leste
recebem material escolar.

Encontros sobre os novos
Programas
de Realojamento e
Reabilitação Urbana.

Protocolo de Cooperação
ANMP/UMIC potencia
desenvolvimento da
Sociedade da Informação.

XIV Congresso Nacional Poder Local debate na Madeira questões maiores do municipalismo



XIV CONGRESSO
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE MUNICÍPIOS
PORTUGUESES
ANMP

[[mais informação](#)]

O XIV Congresso Nacional da ANMP, que decorre no Funchal, Madeira, em 2 e 3 de Abril próximo, vai constituir-se, sem questão, em mais um momento alto da rica História do Municipalismo democrático português.

Depois de meses de trabalho ao longo dos quais, desconcentradamente, e com o apoio indispensável de especialistas de mérito, se estudaram e sistematizaram matérias que agora vamos aprofundar na Magna Reunião do Poder Local, o interesse e empenhamento de todos os Congressistas há-de propiciar a aprovação de documentos muito importantes que serão adoptados como matriz de acção política a desenvolver, como sustentáculo da legislação que irá enformar a nossa actividade futura.

Abarcando áreas que se prefiguram como as mais relevantes no tempo presente, estarão em análise temas como a Organização do Estado e do Poder Local, Instrumentos de Gestão do Território, Financiamento do Poder Local, Protecção Civil e Turismo.

Os trabalhos, recorde-se, que envolvem um milhar de autarcas, decorrem no Madeira Tecnopolo e iniciam-se com uma Sessão Solene de Abertura, presidida pelo Primeiro Ministro, encerrando com uma cerimónia que conta com a participação do Presidente da Assembleia da República O Chefe de Estado, Jorge Sampaio, impossibilitado de marcar a sua habitual presença já que se encontra em viagem oficial a Cabo Verde, enviou, entretanto, uma Mensagem do Congresso onde se afirma seguro de que da Magna Reunião do municipalismo hão-de resultar instrumentos fundamentais para um melhor futuro das nossas populações.

Na certeza de que todos iremos sair do Funchal mais ricos em experiências e mais apetrechados em conhecimentos, garantiremos, assim, a afirmação,

crescente, da importância de um Poder Local forte e actuante, mas também, dignificado e respeitado.

Municípios têm crédito para obras com fundos comunitários.

Na sequência de um Despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente documento que resulta das persistentes e fundamentadas diligências da ANMP, todos os Municípios portugueses podem recorrer ao crédito para financiamentos com comparticipação de fundos comunitários. Vitória política da Associação, também, afinal, da própria Administração Pública, a medida, de um justeza inquestionável, viabiliza a realização de obras infra-estruturais num valor superior aos 130 milhões de contos. O recuo governamental que se saúda positivamente permite, em substância, que os Municípios prossigam a sua obra em favor dos portugueses, e afigura-se justíssima já que são eles que apresentam uma maior taxa de execução dos Programas. Paralelamente, o acesso ao crédito em geral, de acordo com as novas regras do rateio, abrange agora, na sequência das amortizações no ano passado, 269 Municípios, sendo que a primeira fase envolve 204 milhões de euros.

Êxito absoluto

Milhares de crianças na Nós e o Mar foi como um mergulho em livro gigante.

[[mais informação](#)]



A Nós e o Mar, iniciativa que a Associação Nacional de Municípios Portugueses promoveu na Figueira da Foz, constituiu-se, nos seus propósitos de dar a conhecer o papel do Poder Local no panorama das actividades piscatórias e portuárias, mas também de divulgação e defesa do património e do ambiente, num êxito absoluto.

Participado, ao longo de oito dias, por muitos milhares de pessoas, seria contudo predominante a presença de jovens em idade escolar que, em visitas organizadas em colaboração com as respectivas Câmaras Municipais, encheram o certame da mais pura alegria.

Com efeito, era excelente ver o amplo espaço da exposição nas magníficas instalações do Centro de Artes e Espectáculos cheio de petizes que, nas traquinices próprias da idade, dava à iniciativa, espontâneas, um ambiente muito especial.

Oriundos de todo o País, desde a mais próxima escola, na Figueira da Foz, até ao Alentejo profundo, desde terras da Beira até aos confins de Trás-os-Montes, foi particularmente curioso esse momento, ímpar, da iniciativa da ANMP ter viabilizado (ver caixilho) que algumas crianças, da escola de Pedras Salgadas, em Vila Pouca de Aguiar, tivessem visto o mar pela primeira vez.

Navegando através dos meios informáticos disponibilizados; olhando com curiosidade o sector da construção de barcos (dos estaleiros ao artesanato); seguindo a animação proporcionada pelo Oceanário de Lisboa; participando no programa cultural delineado desde a música ao teatro; aprendendo sobre a realidade de tantos Municípios costeiros, tudo era razão para uma atenção redobrada, para a pergunta ditada pela curiosidade.



E foi delicioso, deveras, ver todo aquele garrido das cores, ouvir sonoras e límpidas gargalhadas, antever, naqueles olhos de esperança, o amanhã do nosso País... É como um mergulho num livro gigante, considerou o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses quando, na Abertura da Nós e o Mar, sublinhava as suas características, o seu carácter pedagógico.

Enfatizando a presença de mais de nove mil crianças no certame, Fernando Ruas destacaria ser aquele, maioritariamente, um público muito especial porquanto nele, dizia, reside o futuro. E ajudar a preparar os mais novos para bem respeitarem o património natural e o ambiente é um dos objectivos, assim alcançado, da iniciativa.



Congratulando-se com o êxito da organização, Fernando Ruas relevou os resultados alcançados pelas diversas Secções da ANMP, destacando, na oportunidade, a de Pescas e Portos. Para Duarte Silva, Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz e da Mesa daquela Secção, importa dar visibilidade e manter a actividade já que a pesca intrinsecamente ligada à nossa cultura, continua a ter um relevante peso no desenvolvimento económico e social de Portugal.

Destacando, também, a presença de tantas crianças, diria que elas vão perceber o que é a pesca, e qual a sua importância. Que não é só passado continuava antes envolve mais de 20 mil pescadores e movimenta cerca de 10 mil embarcações, 85% das quais de pesca artesanal.

Entretanto, e no âmbito do Seminário A Pesca como Factor de Desenvolvimento Económico e Social, seriam aprofundadamente debatidos temas como a Política Comunitária de Pescas, Contribuição da Actividade Piscatória para o Desenvolvimento Sócio-Económico das Regiões, Portos e Lotas, e Náutica de Recreio e Marinas.

No encerramento da jornada, o Secretário de Estado das Pescas, reconhecendo a relevância do momento, anunciaria que o Governo vai apertar o cerco aos falsos praticantes de pesca desportiva, medida que visa zelar pela preservação dos recursos e combater os falsos amadores que desenvolvem actividade comercial a coberto de actividades lúdicas.

Mas também a pesca profissional vai ser objecto de acções de moralização através da criação de mecanismos de controlo à fuga da lota, sustentadas em quatro níveis de actuação, designadamente no licenciamento de embarcações, no regime de ajudas, na venda directa de pescado, e no gasóleo.

Em jeito de balanço, Duarte Silva sublinhou, no final do Seminário, o empenhamento dos autarcas presentes e a importância da troca de conhecimentos, de informações e de experiências. Dizendo da imperiosa necessidade de se ultrapassarem os constrangimentos à actividade, para a tornar mais competitiva, enfatizaria haver muito a fazer no conjunto das infra-estruturas essenciais para o desenvolvimento e desempenho da actividade, desde logo na alteração da gestão portuária e na articulação entre os sectores da pesca e portuário.





Fomos à Figueira da Foz ver uma exposição que tinha como lema: “Nós e o Mar”. Foi uma exposição muito bonita e muito interessante que, todos nós gostámos imenso. O que mais gostámos de ver, foi: a faina da pesca de antigamente e a de agora, assim como a variedade de barcos existente e a forma como foram construídos; mas o que mais impressionou alguns meninos foi ter ido ver o mar. Ele estava calmo e alguns meninos molharam os pés.

O passeio foi bom. A viagem também correu bem. Vimos a Foz do rio Mondego, as salinas e ainda os arrozais nas margens do rio Mondego.

Trabalho colectivo do 3º ano da EB 1 de Pedras Salgadas.

Cooperação ANMP/MOPTH

Salvaguarda e valorização do património arquitectónico.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação vão estreitar laços de cooperação na salvaguarda e valorização do património arquitectónico.

Importante ferramenta de planeamento para os Municípios, o Sistema de Informação Técnica e Científica para o Património, desenvolvido pela Direcção- Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, será disponibilizado a todos os Municípios interessados, assim se viabilizando, de forma alargada, a realização de intervenções específicas, mas também o desenvolvimento e a execução de metodologias de aproveitamento do património arquitectónico edificado.

Alcançando-se, designadamente, uma eficaz racionalização dos recursos existentes, concretiza-se, a par da realização de fins que são próprios à DGEMN, a prossecução de uma acção estratégica de salvaguarda e valorização do património dos concelhos, que está, sempre, presente nas mais fundadas preocupações do Poder Local.

O Protocolo, que será efectivado por documento a celebrar entre aquela Direcção Geral e cada um dos Municípios aderentes, visa a criação de um sistema



de informação denominado Inventário do Património Arquitectónico para o registo e permanente actualização de dados, textuais e iconográficos, de natureza técnica, científica e jurídica, concretizando as acções necessárias a tal objectivo.

Já em utilização em mais de uma dezena de autarquias portuguesas para além de quatro cidades brasileiras e no núcleo histórico da Cidade Velha, em Cabo Verde procura-se que este precioso auxiliar se afirme como uma ferramenta de uso generalizado nos Municípios.

Metodologia que começou a ser desenvolvida em 1990, tem-se revelado eficaz para os levantamento urbanos, sendo possível, com o seu auxílio, registar todos os indicadores urbanísticos e produzir cartografia temática.

Assim, o estado de conservação de cada edifício, o tipo de utilização a que está destinado, as intervenções a que foi sujeito, a área construída e o modo de implantação são dados que poderão ser disponibilizados, assim tornando mais rápidos e fiáveis os planos de reabilitação que venham a ser necessários.

Embora perspectivado para o inventário do património com valor histórico, ele poderá, porém, ser utilizado com qualquer tipo de edifícios, optimizando, de tal jeito, a sua utilização prática.

Necessitando de uma estrutura humana e técnica muito leve, se, para trabalhar no terreno, são necessários apenas um arquitecto e um licenciado em história de arte ou arqueologia, cerca de 5.500 euros em equipamento serão suficientes, se associados aos meios informáticos e de desenho assistido, para implantar o sistema no dia a dia dos Municípios.

Enviado por Municípios

Crianças de Timor Leste recebem material escolar.

O material escolar entretanto angariado através de uma campanha da ANMP em favor de alunos de Timor Leste, e que tão bom acolhimento teve entre diversos associados, foi já entregue aos seus destinatários, durante uma cerimónia presidida pelo Ministro da Educação daquele país de expressão lusíada.

De acordo com o Delegado da Associação em Timor, o apoio prestado pelos Municípios portugueses terá um grande

significado sobretudo quando se atenta, releva-se, no interesse e vontade demonstrados pelas crianças em aprenderem, nas suas escolas, principalmente a língua portuguesa.

Na plena convicção de que este material irá causar um sorriso naquelas crianças, será de sublinhar, ainda, que a atitude solidária dos Municípios portugueses e que privilegiará as escolas mais carenciadas vai fortalecer, ainda mais, as relações entre os dois povos.

A campanha, que está ainda em curso, contou com a participação de um conjunto de Municípios e de algumas escolas secundárias, tendo logrado recolher milhares e milhares de lápis, esferográficas, lápis de cor, marcadores, réguas, apagadores, afiadores, cadernos escolares, tubos de cola e livros, para além de revistas infantis, CDs, jogos para crianças e brinquedos.



Encontros sobre os novos Programas de Realojamento e Reabilitação Urbana.

Matéria da maior importância para o Poder Local, designadamente ao nível da habitação social, a temática habitacional está a ser alvo de várias reformas legislativas, quadro que levou a ANMP a realizar, em colaboração com a Secretaria de Estado de Habitação, dois Encontros Sobre os Novos Programas de Realojamento e Reabilitação Urbana.

Os trabalhos decorreram em Matosinhos e em Vila Franca de Xira e analisaram, designada e aprofundadamente, o Prohabita Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, que visa a resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares, o incentivar da reabilitação de habitações como solução alternativa de alojamento, e a recuperação do parque habitacional urbano.

Substituindo anteriores programas de realojamento a nível nacional aprovados pelo Decreto Lei n.º 226/87, de 6 de Junho o Prohabita tem os Municípios e as Empresas Públicas Municipais, entre outras, como entidades beneficiárias. Entretanto, sob a égide Grande Oportunidade, Grande Responsabilidade foi apresentado o projecto de diploma sobre o regime jurídico excepcional da reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística - Sociedades de Reabilitação Urbana.

A concretização do projecto passará, em regra, pela constituição de SRU, que serão empresas municipais de reabilitação urbana, nas quais os Municípios deterão a totalidade do capital, e que terão como objecto promover a reabilitação urbana das respectivas zonas de intervenção, onde as grandes vantagens associadas passam pela celeridade - vigora a regra do deferimento tácito e os prazos são, também em regra reduzidos a metade, pela gestão empresarial, e pela existência de meios de intervenção e controlo do procedimento.



Destaque também para o Novo Programa de Reabilitação Urbana REABILITA que, ainda em fase de anteprojecto, objectiva incentivar a requalificação e valorização das cidades, o uniformizar do regime jurídico, e a simplificação de

procedimentos.

Os beneficiários possíveis são proprietários, as Autarquias Locais, as SRU e as empresas públicas municipais, e vasto é o leque das acções elegíveis, designadamente as obras de reabilitação de edifícios que não satisfaçam as condições de salubridade e segurança, as coercivas, as que visam a criação de unidades residenciais para efeitos de realojamento, as de urbanização, e as obras para assegurar estacionamento, para além da aquisição de edifícios ou fogos destinados a realojamento.

Por último, uma alusão aos Fundos de Investimento Imobiliário, onde as reformas a introduzir pretendem, por um lado, disponibilizar aos Municípios mais uma alternativa de solução para o problema da habitação social e, por outro, transformar o arrendamento de imóveis para habitação social numa aplicação elegível para os FII.

De acrescentar que estas aplicações poderão apenas ser efectivadas no âmbito do futuro diploma legal que cria o Prohabita Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, existindo a obrigatoriedade das habitações arrendadas serem subarrendadas em regime de renda apoiada.

De notar, entretanto, que a Associação considera estes documentos complementares, mas insuficientes. Isto enquanto sublinha que, um mês decorrido sobre os Encontros, os diplomas não estão ainda publicados, assim se agravando os problemas, sobretudo aqueles que se relacionam com os agregados familiares com maiores dificuldades.

Protocolo de Cooperação ANMP/UMIC potencia desenvolvimento da Sociedade da Informação



Sociedade da Informação é um desafio inadiável nos tempos de hoje já que a componente da informação e do conhecimento desempenha um papel nuclear em todos os tipos da actividade humana, induzindo novas formas de organização da economia e da sociedade.

Neste pressuposto, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Unidade de Missão, Inovação e Conhecimento acabam de ratificar um Protocolo de Cooperação onde se assume o elevado empenhamento na criação de condições para que os portugueses em geral, mas sobretudo os jovens, tenham condições para alargarem a sua fronteira do conhecimento através das tecnologias da Informação e Comunicação.

Assim, no nível dos mais novos, está inscrito, designadamente, o projecto Apetrechamento das Escolas do Ensino Pré-Escolar, que tem como objectivo introduzir as referidas tecnologias naqueles estabelecimentos, através da colocação de pelo menos um computador multimédia e respectivo software educativo em cada escola, de tutela municipal, até ao fim do ano de 2005.

O Programa de Bibliotecas Públicas, Ludotecas, Museus e Arquivos Municipais consagra a criação de condições para o pleno aproveitamento das potencialidades daqueles espaços para o desenvolvimento da Sociedade da Informação.

Envolvendo o desenvolvimento de projectos integrados, a submeter pelos Municípios em resposta a um concurso a ser lançado pelo POSI, este projecto tem como objectivo a disponibilização de conteúdos na Internet, digitalização de publicações, instalação de computadores ligados à Internet de Banda Larga, e, entre outros componentes, redes sem fios de Banda Larga.

Ainda no quadro da democratização das condições de acesso a novas fronteiras do conhecimento, é também preocupação

dos subscritores a concretização do que chamam de Projecto Redes Comunitárias de Banda Larga, ideia que consagra o desenvolvimento de infraestruturas de comunicação em regiões desfavorecidas interligando as suas freguesias, reduzindo custos de comunicação para as entidades locais, e possibilitando aos habitantes o acesso à Banda Larga em condições atractivas.

A Agregação da Procura Pública, outra área contemplada no documento, permitirá baixar custos e identificar falhas de cobertura. É um projecto que prevê a interligação de edifícios públicos nomeadamente Câmaras Municipais, hospitais, centros de saúde e escolas por uma infra-estrutura de telecomunicações, permitindo a concentração do tráfego num único ponto.

O projecto Banda Larga dentro de Casa objectiva tornar obrigatória a criação, de raiz, de infra-estruturas de banda larga em todas as novas construções, quer no que diz respeito ao parque habitacional e de escritórios, quer no que concerne às obras públicas que envolvam redes capilares, aqui com a instalação, ou pré-instalação, de fibra óptica ao longo das obras.

Também no âmbito da preocupação comum do aumento da competitividade nacional, e da eficiência e eficácia do Sector Público, está previsto um programa de formação para quadros dos Municípios, Associações de Municípios e entidades supramunicipais, Freguesias, Professores e Educadores, tendo como objectivo informar e preparar para o papel incontornável da Sociedade da Informação, bem como dar a conhecer o novo enquadramento jurídico que envolve a temática das telecomunicações.

[[anterior](#) | [página inicial](#)]

Comentários e sugestões anmp@anmp.pt

(c) A.N.M.P.- Associação Nacional de Municípios Portugueses